

Edital

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS, MESTRES E FUNCIONÁRIOS DOS COLÉGIOS ESTADUAIS DA POLÍCIA MILITAR DE GOIÁS – FAP CEPMG

EDITAL Nº 001/2024- FAP CEPMG

A Federação das Associações de Pais, Mestres e Funcionários dos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás – FAP CEPM, pessoa jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ nº :41198.561/0001- 48, por intermédio de sua Presidente, Quêren Hapuque Leles, CPF:693.786.731-04, endereço profissional no Comando de Ensino da Polícia Militar, situado na Av. D com rua Brasil Cavalcante, Setor Oeste, determina o procedimento a ser realizado pela comissão responsável pelos trabalhos alusivos a elaboração da Agenda Escolar para uso nos Colégios Estaduais da Polícia Militar no ano de 2025, nomeada através da Portaria nº 025-CEPM, de 12 de junho de 2024 (61278465), e torna público que se acha aberta, o EDITAL, do tipo **Menor Preço por Item**, objetivando a **ESCOLHA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFEÇÃO DAS AGENDAS DE 2025, DESTINADAS AOS COLÉGIOS MILITARES DO ESTADO DE GOIÁS.**

ITEM ÚNICO			
ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	Agenda Escolar para o Ano 2025, padrão definido no Termo de Referência, anexo I deste Edital.	Unidade	81649

DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DA SESSÃO: **10 de Setembro de 2024, às 09h00min** (Horário de Brasília).

ENDEREÇO EM QUE SERÁ REALIZADA A SESSÃO: (R. T-48, s/n - St. Oeste, Goiânia - GO, 74140-130 auditório do CEPMG Vasco dos Reis).

RECURSO: Receita Privada das Associações de Pais e Mestres de cada unidade escolar CEPMG.

Este Edital está disponível aos interessados no endereço informado acima, bem como no site eletrônico da Polícia Militar, por meio do Link: <https://www.pm.go.gov.br/>

A Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação devem estar de acordo com as exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos (Termo de Referência), e devem ser entregues em **envelopes separados**, ambos **lacrados**, no endereço do Comando de Ensino da Polícia Militar, em **horário comercial**, até a **data e horário de início da abertura da sessão**.

A sessão de processamento desta seleção será realizada conforme estabelecido neste Edital, sendo conduzida pelo Presidente e demais da Comissão responsável pelos trabalhos relativos a elaboração da Agenda Escolar 2025, para uso nos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás (CEPMGs).

1. DO OBJETO

1.1. O presente Chamamento tem por objeto a **ESCOLHA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFEÇÃO DAS AGENDAS DE 2025, DESTINADAS AOS COLÉGIOS MILITARES DO ESTADO DE GOIÁS**, conforme especificações e quantitativos discriminados no Termo de Referência deste Edital.

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Somente poderão participar do presente certame as empresas especializadas no ramo, legalmente constituídas, que satisfaçam as condições estabelecidas neste edital.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Tratando-se de representante legal, o **ESTATUTO SOCIAL**, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;

b) Tratando-se de procurador, o instrumento de **PROCURAÇÃO** pública ou particular com firma reconhecida, do qual conste poderes específicos para formular lances, negociar preços, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, juntamente com a cópia do **CONTRATO SOCIAL** para fins de comprovação dos poderes do mandante para a outorga;

c) O representante legal ou procurador deverá apresentar Documento oficial de identificação que contenha foto.

3.2. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada proponente credenciada.

3.3 – A FASE DE CREDENCIAMENTO NÃO SE CONFUNDE COM A FASE DE HABILITAÇÃO. OS ENVELOPES DEVERÃO ESTAR LACRADOS, E ASSIM ASSINADOS POR TODOS OS PRESENTES.

4 – DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

4.1 - Concluída a fase de credenciamento, com a apresentação dos documentos exigidos no Item 3 deste Edital, os participantes deverão entregar ao presidente a **Declaração** de pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital (**Anexo II**), envelope nº 01 – Proposta de Preço e envelope nº 02 - Documentos de Habilitação.

5 – DO CONTEÚDO DO “ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS / ENVELOPE Nº 02 -DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”

5.1 - DO CONTEÚDO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1.1 – A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a. Nome, endereço e CNPJ do participante;

b. Número do Chamamento do Edital;



- c. Constar os prazos exigidos no Termo de Referência.
- d. Constar o objeto do Chamamento do certame bem como o valor do Item, conforme especificado no Termo de Referência.

5.2 – DO CONTEÚDO DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

5.2.1. Cédula de Identidade;

5.2.2. - Registro Comercial, no caso de empresa individual;

5.2.3. Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social e seus aditivos em vigor, devidamente registrados, em se tratando de sociedades comerciais, e no caso de sociedade de ações, acompanhadas de documentos de eleição de seus administradores;

5.2.4 - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

5.2.5 - Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo Órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

5.3.1. Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, disponível para consulta eletrônica através do link:

http://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/cnpjreva/cnpjreva_solicitacao.asp;

5.3.3. Certificado de Regularidade para com o FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, disponível para consulta eletrônica através do link:

<https://consulta-crf.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf>;

5.3.4. Certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, disponível para consulta eletrônica através do link:

<https://solucoes.receita.fazenda.gov.br/Servicos/certidaointernet/PJ/Emitir>;

5.3.5. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, se sediado/domiciliado em outra unidade da federação, e do Estado de Goiás, disponível para consulta eletrônica através dos links:

5.3.5.1 Estadual (Goiás): <https://www.sefaz.go.gov.br/Certidao/Emissao/>;

5.3.6. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, disponível para consulta eletrônica através dos links:

5.3.6.1. Municipal (Goiânia):

<https://www.goiania.go.gov.br/sistemas/sccer/asp/sccer00300f0.asp>;

5.3.7. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, no termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, disponível para consulta eletrônica através dos links: <https://www.tst.jus.br/certidao1>;

5.4. Comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% (dez por cento)

sobre o valor estimado, através de balanço patrimonial integralizado – do último ano base exigido em Lei.

5.5. ATESTADO ou CERTIDÃO expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove já haver o licitante realizado fornecimento pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação à respectiva pessoa jurídica.

6 – DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

6.1 – No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamentos do Chamamento do certame, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

6.2 - Após o credenciamento, as proponentes entregarão ao Presidente, a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação (**Modelo ANEXO II**) e os envelopes lacrados, contendo a "Proposta de Preços" e a "Documentos de Habilitação".

6.3 – A análise das propostas pelo Presidente e comissão, visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas que apresentem defeitos capazes de dificultar o seu julgamento, e ainda àquelas que o objeto não atenda as exigências mínimas das especificações;

6.4. – No tocante ao preço, as propostas serão verificadas quanto ao valor total orçado, tomando-se como corretos o preço unitário.

6.5 – As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observânciados seguintes critérios:

6.5.1 - Seleção da proposta de menor valor e as demais com valor até 15% superior àquela;

6.6 – O Presidente convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior valor e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo- se por meio de sorteio no caso de empate de valores.

6.7 – Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescente, inferior ao último ofertado pelo próprio participante e que tenha sido registrado na ata.

6.8 – A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances, ou quando a autoridade competente definir outra situação de encerramento.

6.9 – O presidente poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas a redução do valor ofertado.

6.10 – Após a negociação, se houver, o Presidente e demais membros da Comissão, examinarão a aceitabilidade da menor proposta, decidindo motivadamente a respeito. A sessão será suspensa para que a Comissão se pronuncie acerca do aceite ou não da proposta comercial classificada.

6.11 – A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas.

6.12 – Considerada aceitável a oferta de menor valor, serão analisados os documentos de habilitação de seu autor.

6.13 – Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a proponente será habilitada e declarada vencedora do certame.

6.14 – Se a proposta comercial ou a documentação de habilitação técnica não atender às exigências

deste Edital, a empresa será desclassificada ou inabilitada.

6.15 – Se a oferta não for aceitável ou se o participante desatender às exigências habilitatórias, o presidente examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos participantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo participante declarado vencedor.

6.16. O participante vencedor deverá encaminhar, no prazo de até 02 (dois) dias úteis após o encerramento da sessão, nova proposta, com os valores readequados aos que forem sidos ofertados no lance verbal.

7. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO.

7.1. Constatada a regularidade dos atos procedimentais, o presidente adjudicará o objeto ao participante vencedor e a autoridade superior, a Comandante da Federação das Associações de Pais, Mestres e Funcionários dos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás – FAP CEPM, homologará o certame. A empresa vencedora firmará contrato com Federação (FAP CEPM) bem como de cada Associação de Pais, Mestres e Funcionários relacionado ao respectivo CEPMG.

8. DA FORMA DE PAGAMENTO

8.1. O pagamento será realizado por intermédio da Federação (FAP CEPM), bem como de cada Associação de Pais, Mestres e Funcionários relacionado ao respectivo CEPMG.

8.2. Os recursos financeiros para o adimplemento das obrigações contratuais serão exclusivos da Federação (FAP CEPM) bem como de cada Associação de Pais, Mestres e Funcionários relacionado ao respectivo CEPMG.

8.3. Os Contratos deverão **conter a descrição detalhada do objeto, conforme estabelecido no Termo de Referência (ANEXO III)** que se encontra anexo.

9. DA CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

9.1. Deverá ser elaborado contrato de aquisição.

9.2. O fechamento do contrato, junto à empresa ganhadora, ficará condicionado à aceitação das exigências descritas no Termo de Referência (ANEXO I) e demais ajustes contratuais.

10. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. As normas disciplinadoras deste chamamento do certame, serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitadada igualdade de oportunidade entre as participantes e desde que não comprometam o interesse da Federação das Associações de Pais, Mestres e Funcionários dos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás – FAP CEPM, a finalidade do contrato e a sua segurança.

10.2. A critério da Federação (FAP CEPM) bem como de cada Associação de Pais, Mestres e Funcionários relacionado ao respectivo CEPMG, o quantitativo do Objeto deste Edital poderá sofrer acréscimo ou supressão, sendo mantidas as mesmas condições contratuais.

10.3. Informações complementares que visam obter esclarecimentos sobre o presente Chamamento serão prestadas pela Federação das Associações de Pais, Mestres e Funcionários dos Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás – FAP CEPM, de segunda à sexta-feira, em horário de **expediente**, pelo telefone (62) 3201-7053 e (62) 9628-9493.

11. DO FORO

11.1. A interpretação e aplicação dos termos dessa aquisição serão regidas pelas leis brasileiras e o foro da comarca de Goiânia, Estado de Goiás, terá competência sobre qualquer controvérsia resultante deste certame, constituindo assim o foro de eleição, prevalecendo sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Goiânia- Go, aos 02 dias do mês de setembro de 2024.



Queren Hapuque Leles – Tenente Coronel QOPM

Presidente da FAP CEPMG

CNPJ: 41198.561/0001-48

Federação das Associações de Pais, Mestres e Funcionários dos Colégios Estaduais da Polícia Militar
de Goiás – FAP CEPM